

Comunidades de Manguinhos: moradias e símbolos do morar

TANIA MARIA DIAS FERNANDES¹
MÔNICA DIAS DE SOUZA²

Introdução

O início do século XXI traz como destaque para as questões sociais a ocupação das grandes cidades, principalmente, no que se refere à sua ocupação e as conseqüências que decorreram de um processo em geral desordenado que secularmente se deparou com marcada desigualdade econômica e social.

Ao longo do século XX, a história dos espaços urbanos e a estreita relação do homem com os meios de produção e as mútuas interferências deste processo no ambiente construído foram temas de vários estudos de diversas áreas do conhecimento, especialmente no vasto campo das “ciências humanas”. Guardadas as devidas especificidades destacamos as contribuições de Lewis Mumford, Françoise Choay, Marcel Roncayolo e Bernard Lepetit, e os relevantes estudos brasileiros de Alba Zaluar (2004), Cristovão Fernandes Duarte, Licia do Prado Valladares, Luiz Antonio Machado da Silva, Marcelo Burgos, Marcia Pereira Leite, Marcos Alvito, Sergio Magalhães, Vitor Valla, dentre outros, para a compreensão destes aglomerados urbanos que denominamos de “favela”. De modo geral, produziam um constructo reflexivo-teórico fundamental para a análise das favelas no Brasil.

A associação entre indústria e capitalismo na constituição dos subúrbios e em sua ocupação ‘desordenada’, figuram como centro de tensões e contradições, como destaca Roncayolo (1997), e constituem questões centrais na problemática das cidades brasileiras na contemporaneidade. Novos instrumentos metodológicos-teóricos surgiram para compreender o processo de urbanização das metrópoles. O conceito de território e de pertencimento e a noção de representação figuram como componentes imprescindíveis na compreensão da complexidade urbana.

Roncayolo descortina, neste sentido, uma percepção que particularmente nos interessa, compreendendo a ordenação urbana a partir de um constante jogo entre “representações

¹ Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz/ Pesquisadora Doutora em História Social; PQ2/ CNPq

² Fundação Oswaldo Cruz/ Pesquisadora Visitante Doutora em Antropologia Social

e práticas” individuais e coletivas que interferem continuamente tanto na forma material, física e construída da cidade, quanto nos comportamentos. Neste sentido, as formas de representar a vida estaria impresso na cidade que, por conseguinte é fruto da ação cotidiana (Roncayolo, 1997: 177).

De modo geral, concebe-se que as favelas se constituíram, ao longo do século, em espaços de referência e culpabilização da “desordem” urbana. Ao longo do século XX formou-se um imaginário em torno deste espaço urbano que o intitulava como “espaço de desordem”. Nas últimas décadas, diante de novas referências teóricas, o quadro de análise ganha outras dimensões possibilitando a compreensão da complexidade deste lugar e igualmente dos processos históricos que os engendraram.

Neste conjunto de percepções, os atores sociais, suas trajetórias e a dinâmica de suas relações ocupam lugar de destaque no estabelecimento de fenômenos sociais coletivos, na divisão dos espaços e nos sentimentos de pertencimento e de identidades.

Nesta perspectiva, busca-se compreender a complexidade da cidade e de sua relação com o espaço, o tempo e o homem. Os atores e suas trajetórias, nesta tripla relação – espaço, tempo e homem – se tornam relevantes para as pesquisas históricas contemporâneas, em que os debates constitutivos da metodologia de história oral, juntamente às análises sócio-antropológicas são relevantes.

História oral: narrativas em processo

Neste estudo especificamente, onde as comunidades de Manguinhos são o foco de análise, a história oral é fundamental e permite o reconhecimento dos processos de inclusão e da possível intervenção dos atores nas comunidades, a partir da identificação com seu espaço e sua história através das diversas versões e sentimentos possíveis.

O uso de entrevistas, como fonte memória, assume papel fundamental diante da concepção de que a narrativa expressa a reflexão sobre o passado a partir do presente, sendo atualizada pelos processos de reconstrução da memória. Esta interrelação entre passado, presente e memória é traduzida por Frank (1992: 67) na afirmativa de que o “presente do passado é precisamente a memória”³.

³ Sobre a memória, vinculada à história, há uma bibliografia bastante extensa, desde os clássicos – Halbwachs (1990); Le Goff (1977, 1884, 1990, 1996); Le Goff e Nora (1974); Pollak (1989, 1992, 2006); Rousso (1996) – aos estudos mais atuais – Frank (1992); Portelli (1996a, 1996b, 1997); Thompson (1992); Thomson (1997); Voldman (1996). São também relevantes várias obras de pesquisadores brasileiros, como Amado e Ferreira (1996); Ansart (2004); Alberti (2004); Alberti,

A memória individual, geralmente formalizada na narrativa, se associa diretamente às relações constituídas no âmbito do espaço social e assume, como referência, a memória coletiva que é compartilhada e múltipla. Esta possibilita o estabelecimento de versões diferenciadas de uma mesma realidade, articuladas aos processos de construção de representações e de identidade. Como ressalta Pollak (2006: 38), a memória, não se refere “somente à vida física da pessoa” ou dos grupos, configurando-se como um fenômeno construído, que sofre flutuações em função do momento em que está sendo expressa, sendo resultado de um “verdadeiro trabalho de organização”. A narrativa, desta forma, se constitui a expressão individual de um trabalho em que passado e presente se articulam e projetam o futuro.

A análise histórica de um grupo de entrevistas, como neste estudo, permite perceber como o passado é incorporado e como possibilita ao indivíduo estabelecer uma relação pessoal com o presente, articulada com a vida na comunidade. Diante das diferentes experiências e conjunturas de ocupação de Manguinhos, bem como das características individuais, as narrativas expressam relações também diferenciadas, principalmente entre as gerações. Apesar de individual, a narrativa toma como referência o espaço social onde se insere, a partir da reconstrução das vivências através de um exercício calcado na memória, que subjetiva, múltipla e seletiva, traz para o tempo presente diversas versões, que podem retratar, inclusive, divergência de dados ou disputa de poder e busca de processos de legitimidade. Os esquecimentos e as possíveis divergências entre as narrativas de diferentes depoentes são dados constitutivos das experiências individuais e coletivas e legitimam, como outras características, a relevância da fonte memória. O pertencimento ao grupo, como um sentimento intrínseco à memória coletiva, é traduzido, tanto pela coesão interna como pela defesa das fronteiras que o grupo tem em comum, no qual se inclui o território físico e afetivo onde vivem (POLLAK, 2006), que neste caso apresentam a exclusão social como sua mais forte marca explicitada nas narrativas.

Ferreira e Fernandes (2000); Araujo e Fernandes (2007); Bosi (1979); Ferreira (1994a, 1994b, 1996); Khoury (2001); Mauad (1996); Maud, Serrano e Santos (2007); Montenegro (1992); Montenegro e Fernandes (2001); Simson (1997).

As favelas e sua invisibilidade

Ao longo do século XX várias cidades brasileiras observaram a criação em dois grandes espaços diferenciados, que as dividiam e tencionavam sua configuração – a cidade ‘legal’ e a favela. A cidade “legal” assistiu ao crescimento das favelas, que por muito tempo mantiveram-se ignoradas e expressas formalmente como manchas brancas nos mapas das cidades. Estes blocos “ilegais” simbolizavam, como ressalta Cristóvão Duarte o estabelecimento de “uma espécie de pacto de invisibilidade” como resultado de um “misto de tolerância e indiferença” à pobreza urbana concentrada nestes espaços (DUARTE, 2008: 31).

Invisíveis e anônimos os moradores das favelas foram secularmente marginalizados do espaço urbano onde a política pública reiterava a exclusão. No Rio de Janeiro, a ilegalidade do comércio de drogas e armas e bens imprescindíveis, como gás, luz, transporte, moradia e cidadania, ignorada pelo Estado e pela sociedade, determinou e marcou o lugar social destes grupos num contexto de vulnerabilidade.

A singularidade das favelas em relação ao restante da cidade e os problemas concernentes as condições de vida (saúde, moradia, educação e segurança) foram tratados pelo Estado de forma superficial favorecendo o estabelecimento da dicotomia entre o “asfalto” e a “favela” e acirrando a distância, o alijamento, a segregação e a marginalização entre eles.

A conjuntura da década de 1980 e a formulação da nova constituição brasileira incluíram a habitação e o usucapião entre os direitos do cidadão, e ocasionou mudanças nas cidades e nas relações intrínsecas à ela, sem no entanto resolver as questões do espaço das favelas. O crescimento e as edificações em alvenaria não simbolizaram direito à cidadania, através da propriedade da habitação, mas uma tolerância ao que já se colocava como um fato concreto – a ampla e desordenada ocupação do espaço urbano.

Na cidade do Rio de Janeiro, o perfil destas habitações populares, construídas ao longo do século XX e início de XXI, está diretamente associado à forma de ocupação da área e à característica da moradia, como permanente ou provisória, com barracos de madeira, zinco ou papelão e casas e prédios de apartamentos em alvenaria.

Observadas à distância o tipo de construção, o arruamento, o comércio, a segurança e a precariedade dos serviços públicos, sinalizam a diferença entre “asfalto” e “favela”,

porém a distinção aponta para vários caminhos onde a estética, a sociabilidade, a expressão cultural e a própria história social se colocam como questões fundamentais, e são para nós, neste momento, ponto de debate.

Manguinhos como área de estudo

Além de localizar-se na circunvizinhança da Fundação Oswaldo Cruz, instituição à qual esta pesquisa está associada, a área de Manguinhos representa um dos principais grupos de favelas do Rio de Janeiro. Localizada na zona norte da cidade a área era inicialmente configurada por fazendas produtoras de alimentos. A ocupação coletiva teve início nos primeiros anos do século XX, como ocorreu nos bairros que constituem os subúrbios cariocas, diante do crescimento da migração para a cidade. Apesar de se caracterizar como uma grande extensão de manguezal, e de apresentar originalmente uma pequena extensão passível de ocupação por moradias, constitui-se hoje como um espaço de grande densidade demográfica, com espaços de ocupação bastante precários.

Desde o início do século XX observa-se a elaboração de vários projetos urbanos que visavam a ocupação e transformação desta área em um grande parque industrial ao lado de um extenso porto, com valorização da região através do saneamento, industrialização e planejamento. A partir da década de 1940 verifica-se um profundo movimento de ocupação das encostas, das margens dos rios e das áreas de manguezal aterradas, com migração de outras regiões do país, principalmente do nordeste e de zonas rurais, além de um significativo contingente populacional proveniente de deslocamentos internos na própria Manguinhos e de outras comunidades próximas, onde ocorreram incêndios, inundações e remoções. Vários projetos governamentais impuseram para a cidade o deslocamento de populações, principalmente da zona sul, para regiões distantes, menos valorizadas e sem estrutura urbanística e emprego, originando, como consequência, o retorno desta população para áreas mais próximas do centro da cidade, como Manguinhos. Entre os projetos governamentais para a área identifica-se, ainda, a construção de conjuntos habitacionais provisórios, como medidas paliativas para as classes populares, que acabavam transformados, em sua maioria, em habitações definitivas.

Apesar dos inúmeros projetos para a área, apenas foram viabilizados a retificação de três rios e o aterramento de imensos campos vazios de solo alagado pelos mangues,

utilizando, nesses casos materiais diversos, inclusive impróprios para a moradia. A ocupação desordenada através de iniciativas individuais e de grupos, ou mesmo de políticas públicas, desenhou uma realidade bastante diversa da traçada pelos urbanistas, transformando esta em uma grande área de favelas e de comunidades populares, como um grande território de exclusão com sérios problemas sócio-ambientais e sanitários.

A partir de 1988, a política de oficialização dos bairros da cidade (Decreto nº 7.980, de 12 de agosto) definiu novos limites incluindo áreas consideradas de favelas, como Manguinhos, nos recortes internos aos bairros. O que antes eram “manchas” passaram formalmente a compor a cidade, porém apesar do reconhecimento oficial, como pertencente a um bairro, estes conjuntos, excluídos socialmente, continuam visualizados a partir do termo “favela”, mesmo que conhecidos por outras denominações como comunidade ou conjunto. A clivagem histórica referencia este espaço a um tipo específico de construção e ocupação urbana, irregular, fora dos padrões de racionalidade arquitetônica e, muitas vezes, ilegal, relacionado a um espaço típico da pobreza e dos problemas sociais.

A carência de planejamento e investimento urbano, habitacional e social em Manguinhos e as conjunturas econômicas adversas estimularam, sobretudo nas últimas três décadas, processos de invasão e de ocupação, apoiados, principalmente, no pressuposto, construído historicamente, de que a favela configura-se como um espaço mantido à margem da cidade, regida por normas e regras diferenciadas de ocupação territorial urbana. A falta de um projeto habitacional e social, assim como a carência de planejamento para urbanização desta área ocasionaram, ainda, em Manguinhos uma demarcação que seguiu uma lógica de ocupação formulada, em geral pelos próprios moradores, através de formas diferenciadas e nem sempre resultantes de consensos, ao contrário.

As propostas que conformariam um perfil industrial para o bairro de Manguinhos, apesar de explicitadas em alguns projetos oficiais, não foram viabilizadas enquanto programas governamentais, correspondendo a iniciativas particulares e pontuais de empresários ou do próprio governo. Várias instituições e empresas que se implantaram na área, ao longo do século, como a Fundação Oswaldo Cruz, Correios e Telégrafos (ECT), Empresa Brasileira de Telecomunicação (EMBRATEL), Companhia Nacional

de Abastecimento (CONAB), Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL), a Refinaria de Petróleos de Manguinhos S. A., e a fábrica de cigarros Souza Cruz, foram desativadas diante da associação entre panorama econômico desfavorável e os constantes conflitos e invasões que marcaram a primeira década dos anos 2000 (Silva, 2008).

Englobadas em uma única região, as comunidades que compõem Manguinhos, apresentam intensa diversidade referente, não só ao seu perfil atual, mas também, às propostas de cunho governamental e ao processo de ocupação em articulação com os determinantes político-sociais. Possuem características do que, ainda, se percebe como favelas, no que diz respeito, principalmente, às construções, arruamento, serviços urbanos, sociabilidade, comércio, violência e comércio ilegal de drogas. Configuram-se como pertencentes a um espaço social heterogêneo e dinâmico, com um território vulnerável em constante reconfiguração e com uma realidade sócio-ambiental-sanitária bastante específica.

Moradias: símbolos de configuração histórica

O conteúdo simbólico acerca da moradia de favelas é extremamente presente e expressa a identidade do morador com relação ao território. Configura-se historicamente em contextos com significados temporais, espaciais e societários, que transitam entre a solidariedade e o conflito, e a reivindicação material e sua significação simbólica.

Os projetos governamentais, distantes, em geral das expectativas dos moradores estão amparados em conceitos e práticas que seguem uma racionalidade objetiva que desconsidera a subjetividade das relações e das representações sociais e as distintas identidades culturais.

Nosso estudo observa dois momentos bastante diferenciados no que diz respeito à remoção e a urbanização dos espaços de favela. As décadas de 1980 e 1990 respondiam diretamente a demandas políticas e imobiliárias frente à participação popular na política eleitoral, sem representação popular nas discussões dos conflitos ambientais (FUKS, 1999). Os anos 2000 apontam para uma retórica de proteção do meio ambiente, incorporando a perspectiva do desenvolvimento sustentável o que traz nova roupagem à dimensão simbólica das ações estatais frente ao cenário das relações políticas e sociais, em um conjunto de políticas urbanas, fundiárias e ambientais.

Os dois momentos referência de nossa análise provocam mudanças significativas nas estruturas físicas de algumas favelas (ou comunidades), que geram ressignificações importantes no caráter simbólico da territorialização. A conjuntura que se inicia na década de 1980, com mudanças políticas e sociais significativas, produz profundas alterações na estrutura física das favelas e aponta para a visibilidade destes grupos a partir da permissividade de construções de caráter permanente em alvenaria, com autorização velada. O momento atual, com as mudanças implementadas pelo PAC, apresenta outras propostas, porém aponta para alterações também na estrutura de parte das moradias. No que diz respeito à década de 1980, é importante destacar que, apesar da mudança da estrutura individual das moradias, as favelas permanecem com os principais traços da configuração anterior, mantendo a diferença histórica com relação as moradias da “cidade legal” ou do “asfalto”.

Ao ser traçada uma nova estrutura de caráter permanente diante da permissividade do Estado a grande maioria dos moradores, independente de sua capacidade financeira, optou, mesmo com a construção em alvenaria, por permanecer com a área externa com marcas de provisoriedade, ainda que internamente sejam estruturadas com pintura final nas paredes, mobiliário e equipamentos eletrodomésticos. A estrutura interna é extremamente diferenciada do aspecto externo onde o conjunto de moradias apresenta semelhança criando uma identidade do território que, para uma observação simplista, pode parecer apenas a permanência da provisoriedade criada como identidade durante décadas. O aspecto “provisório” externo pode estar vinculado a várias questões associadas a fatores simbólicos e concretos. Pode-se acrescentar também outros aspectos onde se inclui a posse da moradia, que em sua maioria não foi solucionada nestas comunidades, mesmo onde houve sessão do terreno por parte de algum órgão governamental, e é um fator não necessariamente reivindicado por todos os moradores, pois inclui gastos financeiros “desnecessários” pois diante desta questão a posse legal passa a ser considerada simbólica e também, problemática.

No caso mais atual, o projeto de instalação de moradias na implantação do PAC, está voltado para um espaço específico onde as habitações eram em geral extremamente precárias ou localizadas em áreas de risco, o que diferencia da conjuntura da década de 1980. Três tipos de propostas foram formuladas para as novas moradias – a indenização para a compra em outro local de forma assistida, um aluguel temporário enquanto a casa

estava sendo construída no modelo padrão ou a indenização. Neste caso nosso interesse se volta para os que retornarão para a área buscando perceber as mudanças nas relações estabelecidas com a moradia e o território. Estas novas construções não retratam a individualidade e, tão pouco se assemelham aos padrões anteriores, por tratar-se de um conjunto de prédios e não casas, impondo uma nova forma de relação entre as pessoas e destas com seus espaços.

Nas duas conjunturas de mudança apreciadas neste território, este estudo, sem a conotação de uma análise comparativa, tenta compreender a relação estabelecida com a habitação e o território buscando identificar as marcas simbólicas que dão formato à construção da identidade referenciada ao lugar de moradia. A simbologia construída em torno da casa e do documento de propriedade se constituem como ponto central para a investigação que identifica a manutenção de aspectos originais.

Estamos entrevistando moradores de algumas comunidades de Mangueiros com atenção específica para a percepção dos momentos de mudança frente ao cotidiano. Alguns moradores acenam com uma leitura que verifica a idéia de “comunidade” (o que é comum) como mantenedora da semelhança do aspecto. Outros afirmam não se importar com o externo e ressaltam, inclusive, que não gostariam que apreciassem suas moradias em destaque, o que poderia gerar sentimento de inveja sobre suas possibilidades financeiras. Estas visões partem do princípio de homogeneidade e similaridade no território. A continuidade das entrevistas nos trará nova luz a estas questões e nos apontará respostas mais consistentes.

Bibliografia

ALBERTI, V. , FERREIRA, M. de M. e FERNANDES, T. M. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC, 2000.

ALBERTI, V. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ALVITO, M. “A favela venceu”. In: *A memória das favelas*. Comunicações do ISER. N. 59, ano 23, 2004.

ALVITO, M. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- ARAÚJO, M. P. e FERNANDES, T.M. “O diálogo da História Oral com a historiografia contemporânea”. In: Viscardi, C. M. R. e Delgado, L. de A. *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Editora UFJF e Capes, 2007.
- BENCHIMOL, J. L. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro, SMCTE/ DGDIC- Divisão de Editoração, 1990.
- BURGOS, M. B. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favela*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CHOAY, F. “Destinos da Cidade Européia: Séculos XIX e XX”. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*. nº 6. jul.-dez., 1996. Universidade Federal da Bahia.
- CHOAY, F. *O Urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- COSTA, R. G. R. *Entre Avenida e Rodovia: a história da Avenida Brasil (1906-1954)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Doutor em Urbanismo. 2006.
- FERNANDES, T. M. “Edição de entrevistas: da linguagem falada à escrita”. In: MONTENEGRO, A. T. e FERNANDES, T. M. (orgs.). *História Oral: um espaço plural*. Recife: ED. Universitária; UFPE, 2001.
- FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FRANK, R. *La mémoire et l'histoire*. In: ‘La bouche de la vérité? La recherche historique et les sources orales’. Les Cahiers de L’IHTP. cahier nº 21, 1992.
- FUKS, M. *Arenas de Ação e Debate Públicos: os Conflitos Ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992)*. Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, Setembro de 1999.
- KHOURY, Y A. “Narrativas Oraís na investigação da História Social”. In: *História e Oralidade*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC. n 22, 2001.
- LEITE, M. P. “Violência, sociabilidade e risco nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. In: SILVA, L. A. M. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008, v. , p. 115-141.
- LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. Heliana Angotti Salgueiro (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LUCARELLI, F. DUARTE, C. F. e SCIARRETTA M. (Orgs) “Favela e Cidade”. Napoli: Giannini Editore, 2008.
- MAGALHÃES, S. Sobre a cidade. Habitação e democracia no Rio de Janeiro. São Paulo: Pro Editores, 2002.
- MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992. (Caminhos da História).

- MONTENEGRO, A.T. e FERNANDES, T. M. *História Oral: um espaço plural*. Recife: Universitária da UFPE, 2001.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PANDOLFI, D. C. e GRZYNSZPAN, M. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- PESSOA, A. *Manguinhos como pôde ser*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Mestre em Urbanismo. 2006.
- POLLAK, M. “Memória, olvido, silencio”. In: Pollak, M. *Memoria, olvido, silencio*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.
- POLLAK, M. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*. v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. v.5, n.10, 1992.
- PORTELLI, A. “A filosofia e os fatos”. *Tempo*, vol 1, n. 2, 1996.
- PORTELLI, A. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1994): mito, política, luto e senso comum”. In: AMADO, J. e FERREIRA, M.de M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: Ética e história oral. Projeto História, n. 15: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ-Editora da PUC-SP, abril, 1997.
- RAMINELLI, R. “História Urbana”. In: Cardoso, C.F. e Vainfas, R. (Orgs) “Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia”. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997.
- ROUSSO, H. « A memória não é mais o que era ». In : FERREIRA, M de M. E AMADO, J (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. : Ed. FGV, 1996.
- SALGUEIRO, H. A. “Apresentação”. In: LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- SILVA, H. N. M. da. As ruínas da cidade industrial: resistência e apropriação social do lugar. Dissertação defendida no Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SILVA, J de S. (org). O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de favelas do Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, L. A. M. (Org.). “Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, L. A. M. “Solidariedade e sociabilidade violenta: verso e reverso da ‘moeda’ memória”. In: A memória das favelas. Comunicações do ISER. N. 59, ano 23, 2004.
- SILVA, M. L. P. da. *Favelas cariocas (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

- SILVEIRA, I. M. *Linha Vermelha. Estudo dos planos propostos e da área de impacto. Evolução da ocupação e uso da área de estudo.* UFRJ, 1987.
- SIMSON, O. R. De M. von, (org.). *Os desafios Contemporâneos da história oral -1996.* Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- THOMPSON, P. *A voz do Passado: História Oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON A. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Ética e história oral.* Projeto História, n. 15: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ-Editora da PUC-SP, abril, 1997.
- TRINDADE, C. P. *Entre a favela e o conjunto habitacional: programa de remoção e habitação provisória (1960-1970).* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense com requisito para obtenção do título de mestre em história. Niterói, 2006.
- VALLA, V. V. *Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980.* *Cadernos de Saúde Pública*, RJ. 1(3):282-296, jul/set, 1985.
- VALLADARES, L. “A gênese da favela carioca”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 15. Nº 44, 2000.
- VALLADARES, L. “Que favelas são essas?” *Insight Inteligência*, nº 8, ago.-out., 1999. p. 63- 68.
- VALLADARES, L. *A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VALLADARES, L. *Passa-se uma casa: análise do Programa de remoção de favelas do rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Zaar Editores, 1978.
- ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favela.* 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.